

**AS REDES DE DEGRADAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO  
TRABALHO NO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NA  
REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)<sup>1</sup>**

**THE NETWORKS FOR DEGRADATION AND  
PRECARIZATION OF LABOR IN THE SUGARCANE  
HYDROAGRICULTURAL IN THE ADMINISTRATIVE REGION  
OF PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**

**LAS REDES DE DEGRADACIÓN Y PRECARIZACIÓN DEL  
TRABAJO EN EL AGROHIDRONEGOCIO CAÑERO EN LA  
REGIÓN ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**

**Gabriel Vitor Nascimento Ferreira<sup>2</sup>**  
*viti.gabi@hotmail.com*

**Fredi dos Santos Bento<sup>3</sup>**  
*fredi.sousuke@gmail.com*

**Antonio Thomaz Junior<sup>4</sup>**  
*thomazjr@gmail.com*

**RESUMO:** A transição tecnológica em curso no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente, como parte da reestruturação produtiva do capital, se materializa mediante intensa mecanização do corte e do plantio da cana-de-açúcar e a prevalência do modelo químico-dependente. Os desdobramentos deste processo na saúde do trabalhador e coletiva se dá na exposição aos riscos, nos adoecimentos dos trabalhadores. Dessa forma, em consonância com nossas pesquisas à nível de mestrado, pretendemos revelar as redes de degradação e precarização do trabalho presentes no território do Pontal do Paranapanema e de maneira mais abrangente na Região Administrativa de Presidente Prudente, a fim de compreender os vínculos que são formados entre os trabalhadores e entre as agroindústrias canavieiras, assim como as redes projetadas no território pelas personificações do capital agroindustrial canavieiro de maneira escalar.

---

<sup>1</sup> O texto em consecução trata-se de um esboço dos esclarecimentos apreendidos durante a disciplina de Geografia, escalas e redes ministrada pelos professores doutores Luciano Antonio Furini e Márcio José Catelan, bem como por nossa pesquisa a nível de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente.

<sup>2</sup> Professor licenciado em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) UNESP, Campus de Presidente Prudente-SP.É também Mestrando em Geografia pela mesma instituição e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

<sup>3</sup> Professor licenciado em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) UNESP, Campus de Presidente Prudente-SP.É também Doutorando em Geografia pela mesma instituição e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

<sup>4</sup> Professor Doutor e Livre Docente pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Campus de Presidente Prudente, sendo também pesquisador PQ-CNPQ.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde do trabalhador; processo saúde-doença; rede; território; degradação do trabalho.

**ABSTRACT:** The technological transition underway in sugarcane hydroagricultural in the Administrative Region of Presidente Prudente, as part of the productive restructuring of capital, it materializes through intense mechanization of cutting and planting of sugarcane and the prevalence of the chemical-dependent model. The consequences of this process on workers' and collective health, on exposure to risks, on workers' illnesses. Thus, in line with our research at the master's level, we intend to reveal the networks of degradation and precarious labor present in the territory of Pontal do Paranapanema and more comprehensively in the Administrative Region of Presidente Prudente, in order to understand the bonds that are formed between workers and between sugar cane agro-industries, as well as the networks projected in the territory by the personifications of sugarcane agro-industrial capital in a scalar way.

**KEYWORDS:** Occupational health; health-disease process; network; territory; labor degradation.

**RESUMEN:** La transición tecnológica en marcha en el agrohidronegocio cañero en la Región Administrativa de Presidente Prudente, como parte de la reestructuración productiva del capital, se materializa a través de la intensa mecanización de la corta y la siembra de caña de azúcar y la prevalencia del modelo químico-dependiente. Las consecuencias de este proceso en la salud de los trabajadores y colectivos, en la exposición a riesgos, en las enfermedades de los trabajadores. Así, en línea con nuestra investigación a nivel de maestría, pretendemos revelar la degradación y las redes de trabajo precarias presentes en el territorio de Pontal do Paranapanema y de manera más integral en la Región Administrativa de Presidente Prudente, para comprender los lazos que se forman entre trabajadores y entre agronegocios de caña de azúcar, así como las redes proyectadas en el territorio por las personificaciones del capital agroindustrial de la caña de azúcar de manera escalar.

**PALABRAS-CLAVE:** Salud del trabajador; proceso salud-enfermedad; red; territorio; degradación del trabajo.

## INTRODUÇÃO

Nota-se que vivenciamos um cenário preocupante de enfraquecimento do aparato de proteção social do trabalhador via pacote de medidas impopulares e anti-trabalhador: Lei 13.467 (reforma trabalhista) + Lei 13.429 de 2017 (Lei da Terceirização Irrestrita) + Emenda Constitucional nº 95 (teto de gastos) + Emenda Constitucional nº 103 (reforma da previdência) + Lei 13.874 (Lei da Liberdade Econômica). Todas estas medidas afetam diretamente a vida do trabalhador brasileiro por implicarem no desmonte e flexibilização da legislação social e trabalhista no país, comprometendo a capacidade do Estado de fazer investimento público e elaborar políticas públicas, assim como uma completa e absoluta desregulamentação e flexibilização quase que total das relações de trabalho em território nacional.

Na prática isso significa perda de direitos e garantias para o trabalhador e um Estado prostrado (e conivente!) com o aprofundamento da degradação sistêmica

(THOMAZ JUNIOR, 2019), ou seja, o avanço do capital sobre todas as esferas da vida do trabalhador, e na desumanização crescente juntamente à retirada da dignidade dos mesmos.

Isto quer dizer, como nos adianta Thomaz Junior (2017; 2019), que as vantagens diferenciadas para o projeto monocultor/latifundista/agroexportador, que tanto tem penalizado e condenado milhões de trabalhadores à exclusão, à desterração, e a população em geral, às doenças, aos riscos crônicos das contaminações, às doenças ocupacionais, aos acidentes de trabalho, e ao descarte em nome da geração de riqueza e apropriação desta por um seleto grupo de proprietários e diretores das agroindústrias canavieiras que não tem comprometimento algum com a qualidade de vida do trabalhador e do povo brasileiro.

Isso em tempos de transição tecnológica<sup>5</sup>, esta entendida por nós como expressão da reestruturação produtiva no contexto da Região Administrativa de Presidente Prudente, tende a agravar sob um contexto de adoecimento físico e mental dos trabalhadores, assim como prejudicar sua capacidade de organização enquanto classe, seja por meio dos sindicatos ou através de outras ferramentas. Esse aprofundamento da degradação sistêmica do trabalho encontra no território e se expressa nele de diversas formas, inclusive através de redes de degradação e precarização do trabalho, que é o que buscaremos analisar, sendo este o objetivo central do texto.

É importante sinalizarmos nosso entendimento destas redes enquanto desdobramento e como parte das políticas de escala (SOUZA, 2013), capitaneadas pelas personificações que representam e gestam o agrohidronegócio canavieiro, agentes e redes das economias das *commodities*, ao mesmo tempo em que buscaremos demarcar seus rebatimentos para os trabalhadores empregados neste setor.

Ao mesmo tempo devem ser consideradas a existência de ‘redes de solidariedade’ entre os trabalhadores enquanto forma de enfrentamento/resistência através dos sindicatos dos trabalhadores e empregados rurais e sua capacidade de mesmo dentro da lógica capitalista de reprodução, produzirem territorialidades alternativas, pautadas no vínculo e resistência dos trabalhadores as estratégias de controle social estabelecidas pelo agrohidronegócio canavieiro na região.

---

<sup>5</sup> Em consideração ao processo de transição tecnológica, estamos entendendo enquanto expressão da reestruturação produtiva no agrohidronegócio canavieiro neste início do século XXI, dada a passagem do corte e plantio manual para o mecanizado nos canaviais brasileiros, bem como estamos chamando a atenção para uma série de mudanças no que tange as relações de trabalho e qualificação de trabalhadores dentro e fora dos canaviais (BENTO, 2015; 2017).

Para isso temos buscado realizar uma série de procedimentos metodológicos que abarcam aprofundamento bibliográfico, tratamento de dados secundários encontrados em bancos de dados como o *Smartlab* e DataCETAS, que nos permitem ter acesso aos índices sociais e de desenvolvimento, adoecimento, acidentes de trabalho, atividades econômicas etc.

Além disso, compõem nossas análises, informações primárias coletadas por nós através de trabalhos de campo no período anterior ao início da pandemia da COVID-19, com destaque para as informações levantadas sobre os sindicatos, territórios-município, os conflitos e disputas. Salientamos que esse material foi tratado e transformado em mapas, tabelas e gráficos para ajudar a compreender os processos em curso na região Administrativa de Presidente Prudente e visualizar as redes de degradação e precarização, ou seja, expressão no território da degradação sistêmica do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2019).

A partir de uma análise que busca identificar as redes, entendida por nós “como o conjunto de localizações e situações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações” (SOUZA, 2013 p. 167 apud CORREA, 1997) que expressam e aprofundam a degradação sistêmica do trabalho via agravamento das condições de trabalho, adoecimento, acidentes de trabalho, desorganização e captura da subjetividade da classe trabalhadora, etc.; trazemos para o debate teórico, conceitual e político as transformações em curso no universo do trabalho da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente; no que se refere à Geografia dos conflitos e dos impactos engendrados pela expansão do agrohidronegócio canavieiro sobre a dinâmica fundiária e da grilagem das terras.

Todavia, também são alvo de nossas análises, questões referentes a saúde dos trabalhadores e os mecanismos de representação político-ideológico destes na esfera legal: temos como objetivo revelar as redes de degradação do trabalho e redes de precarização do trabalho<sup>6</sup> projetadas no território de nossa região de enfoque da pesquisa, a partir da estratégia de mercado\dominação das agroindústrias canavieiras em uma perspectiva escalar, ou seja, fazendo uso da escala geográfica como um instrumento analítico (escala de

---

<sup>6</sup> Em respeito à degradação e precarização do trabalho, chamamos atenção para a ofensiva do capital sobre o trabalho que se reflete num quadro de flexibilização dos contratos, desregulamentação, integração a empresa dentre outros, ampliando assim as formas de degradação do trabalho nos ambientes de produção, atenuando ainda mais o caráter desprovido de sentido do trabalho sob a iminência do modo de produção capitalista e a realização de um trabalho atípico (VASAPOLLO, 2005).

análise), buscando compreender as alterações e mudanças no universo do trabalho na escala global, e seu desdobramento em escalas menores.

Obviamente que consideramos, assim como sugere Souza (2013), a escala como uma construção social, desta forma, as escalas não são dadas ou pré-existentes, e “nem muito menos imutáveis, sendo produto de mudanças tecnológicas, modelos de organização humana e da luta política.” (HARVEY, 2000 apud SOUZA, 2013). Isto significa que embora apostemos em uma perspectiva escalar que possibilite utilizar a escala como um instrumento analítico e que indique a existência de processos escalares nas decisões e na materialização das atividades produtivas das agroindústrias na região de nosso recorte, temos plena consciência que esta noção é parte do processo de (re)criação histórica.

Destacamos que em nossa reflexão não pretendemos fazer um debate puramente conceitual sobre processos escalares e redes, mas sim através destes conceitos e noções, apresentarmos a complexa trama presente no universo do trabalho do agrohidronegócio canavieiro da Região Administrativa de Presidente Prudente, e que revela uma estratégia de destruição e domínio feito pelas personificações do agrohidronegócio canavieiro para fazer valer seus interesses no território, assim como os desdobramentos que surgem nas vidas dos trabalhadores que atuam no setor canavieiro, seja em sua própria organização de classe através dos sindicatos, que se apresentam como uma possibilidade de vínculo e rede de solidariedade entre os trabalhadores, mas que ao longo dos anos vem sendo atacado constantemente com a justificativa de ser um modelo de organização do século passado ou mesmo uma representação e entidade que atrapalha os trabalhadores e a produção de riqueza no país.

Nesta linha de raciocínio, procuramos nos debruçar sobre a bibliografia que trata das mudanças no mundo do trabalho no Brasil e no mundo nos anos posteriores à década de 1970, e percebemos que se evidencia na virada do século XX para o século XXI uma ofensiva do capital sobre o trabalho acompanhada de patamares de precarização que abrangem não apenas formas de arregimentação, contratação, pagamento, condições de trabalho, mas também a subjetividade do trabalho, e que ocorre a partir de processos globais e de agentes que atuam em múltiplas escalas com o objetivo de maximizar os lucros e dar continuidade de acumulação do capital.

Exemplo disso são as ações no território empreendidas por grandes empresas como a MONSANTO ou mesmo outros grupos empresariais transnacionais e nacionais (que se portam e se estruturam a partir de arranjos internacionais da mundialização do

capital), dentre estes grupos destacamos a *Gleen Cane Bioenergy* (Rio Vermelho) que atuam em nosso recorte territorial; interessados em investir nas economias das *commodities*, ou seja investir na produção de mercadorias primárias, ou mesmo os derivados desta como o etanol, ao invés de produzir alimentos.

Estas economias das *commodities* são a dimensão mais clara e evidente da estratégia multiescalar do capital, em nosso caso o agrohidronegócio canavieiro, por articular em diversas escalas, agentes, sujeitos e grupos alinhados com os interesses hegemônicos da produção e comercialização de *commodities*. Estes agentes se organizam e promovem sua ação no território de variadas maneiras, inclusive através do estabelecimento de redes que defendam seus interesses, redes estas que se materializam em entidades patronais, sindicatos rurais, grupos políticos como a União Democrática Ruralista (UDR), União das Agroindústrias Canavieiras do Estado de São Paulo (ÚNICA), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Outro protagonista é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que historicamente sempre foi aparelhado por latifundiários, grileiros e representantes das economias das *commodities*, o que viabiliza a continuidade e aprofundamento da condição de inserção submissa do Brasil no comércio exterior, como país produtor destes gêneros, com uma minoria privilegiada sendo beneficiada com esse tipo de inserção do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), ao mesmo tempo em que o povo brasileiro em sua maioria é deixado de lado diante dessa partilha desigual e intencional da riqueza que é produzida em território nacional e observa a alta dos preços de gêneros básicos para sua alimentação, que compõem a chamada 'lavoura branca', à exemplo do arroz e do feijão.

Chamamos a atenção ainda e principalmente para os desdobramentos que estas economias das *commodities* geram na expectativa de vida dos trabalhadores, tendo em vista as consequências do sistema manipulatório compatível com a racionalidade do desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, em meio às determinações da Terceira Revolução Industrial "Toyotista" e a Quarta Revolução Industrial considerada "Digital-Uberização" (ALVES, 2000; ANTUNES, 2018; THOMAZ JUNIOR, 2019;).

Então, neste texto nos propomos a revelar, através de uma necessária discussão conceitual e teórica, assim como evidências empíricas reunidas a partir de trabalhos de campo realizados nos municípios de nosso recorte entre 2017 e 2019, o que chamamos de redes de degradação do trabalho e redes de precarização, e de que forma elas se manifestam

no território, como o resultado de todas ações coordenadas (escala de ação) de maneira intencional pelas personificações do capital, em ofensiva contra a organização política (sindicatos), a subjetividade dos trabalhadores e especialmente a saúde do mesmos.

Para tanto, o texto se divide em duas seções, a primeira referente ao debate da reestruturação produtiva no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP). E uma segunda em que trataremos a respeito do papel da noção de escala para a compreensão das redes de degradação e precarização do trabalho no agrohidronegócio canavieiro da região de enfoque da pesquisa.

### **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**

O avanço do capital sob o signo da reestruturação produtiva<sup>7</sup> e da sua respectiva mundialização, soma-se às condições facilitadas pela era neoliberal. Condições essas adequadas para dar prosseguimento ao seu processo de acumulação e reprodução ampliada, com base em taxas mais elevadas de extração de trabalho não pago, sendo que todas as esferas da vida da classe trabalhadora têm sido afetadas e o ambiente de trabalho têm sido intensamente (re)configurado, repercutindo de maneira ainda mais perversa na saúde do trabalhador.

De modo específico na Região Administrativa de Presidente Prudente, o avanço do agrohidronegócio canavieiro encontrou particularmente um território propício para sua reprodução, já que se aproveitou do histórico de grilagem e seus efeitos nas vantagens comparativas que se fazem presentes nos menores preços da terra (tanto para aquisição quanto para arrendamento), e a garantia de mão de obra local, bem como de trabalhadores migrantes que se submetiam às árduas jornadas de trabalho, à remuneração por produção e toda sorte dos descumprimentos e arbitrariedades. (THOMAZ JUNIOR, 2012; 2019).

---

<sup>7</sup> Com relação à reestruturação produtiva, é necessário ressaltar que estamos lendo tal processo, a partir das mudanças constantes e rápidas nos processos produtivos reestruturados, com a disseminação da terceirização, desespecialização e polivalência dos operários qualificados que se transformam em multifuncionais, havendo ainda superqualificação/desqualificação do trabalho e intensificação da exploração do trabalho, horas extras, fim das Comissões de Fábrica, e o advento do Círculo de Controle de Qualidade (CCQ), relacionado à participação nos lucros e nos resultados (PLR), sindicalismo por empresa etc. (ANTUNES, 2018; THOMAZ JUNIOR, 2019).

As bases estratégicas estavam dadas para o expansionismo do agrohidronegócio canavieiro<sup>8</sup> na região: a partir de 2005 a expansão da cana-de-açúcar e da atividade agroindustrial canavieira, passaram a se expressar de forma marcante, saltando de 78.000 há (hectares) em 2002, para 370.000 ha, em 2009/2010 e 570.000 ha em 2017. Todavia Thomaz Junior (2013) salienta que as dimensões político-estratégica e econômica, juntam-se para oferecer os principais atrativos ao capital. Isto é, de um lado, respectivamente, as terras griladas - majoritariamente ocupadas por pastagens degradadas -, objeto de interesse tanto do capital quanto dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e, de outro, o baixo preço dos arrendamentos e da terra, sem contar, ainda, o isolamento no qual são mantidos os trabalhadores(as) assentados(as) ou camponeses nos assentamentos rurais, via de regra desassistidos pelas políticas públicas, são mão de obra cativa para o agrohidronegócio canavieiro.

É nesse cenário da ofensiva do capital sobre o trabalho, atuando a partir de saltos de escala articulando diversos agentes em múltiplas escalas encimado na reestruturação produtiva, que se dá o agravamento da precarização e da exploração, a contar com novos expedientes para a captura da subjetividade do trabalho e os arranjos organizacionais do processo de trabalho, em meio à crise que abate o sindicalismo de massa/taylorista/fordista (BIHR, 1998; ALVES, 2007; ANTUNES, 2018), que encontra na era neoliberal muitas dificuldades para entender as necessidades e desafios impostos e, conseqüentemente, articular e organizar os trabalhadores para as lutas específicas e gerais.

Nesse ambiente de conflitos e disputas referenciadas nos formatos do processo de trabalho sob a regência da racionalização dos custos de produção, da elevação dos coeficientes tecnológicos - no caso da cana-de-açúcar, com a intensificação crescente da

---

<sup>8</sup> Ao tratarmos do agrohidronegócio estamos chamando a atenção para o Polígono do Agrohidronegócio que contempla diversas formas de expressão do agronegócio (soja, milho, eucalipto) e está assentado sobre a Bacia do Paraná num território que compreende o Oeste de São Paulo, o Leste do Mato Grosso do Sul, Norte-Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul-Sudoeste de Goiás, em que despontam a maior área com plantação de cana-de-açúcar do Brasil, possuindo também a maior concentração de plantas agroprocessadoras e de produção de álcool e açúcar do país. O Polígono do Agrohidronegócio se destaca pela garantia de acesso à terra e a água e nesse intuito é que Thomaz Junior (2009;2010) enfatiza que o agronegócio não pode ser apenas relacionado à monopolização das terras, como também pelo acesso ao controle da água, bem como das demais cadeias produtivas, comercialização, sendo parte de um processo em que as frações do território em disputa têm expressado uma nova Geografia da cana no espaço agrário, consolidando o poder de classe do capital sobre as melhores terras agricultáveis e planas do país, com melhor disponibilização dos recursos hídricos. Na Geografia merecem destaque em respeito à discussão sobre o agrohidronegócio, pesquisas que utilizam termos como hidrotérios, em que há a inter-relação entre o controle do território e da água como os realizados por Torres (2007), e também a discussão feita por Mendonça; Mesquita (2007) enfatizando os agro-hidro-negócios e as (re) existências no Cerrado, bem como também é importante destacar os estudos realizados por Hespagnol (2008) em “Um novo paradigma para a gestão dos recursos hídricos”.

mecanização do corte e plantio da cana-de-açúcar -, e o conseqüente desemprego, seguido de perto da terceirização e de formas de controle específicas (THOMAZ JUNIOR et al., 2012), que se dá o avanço do capital nos mais diversos territórios, escalas e nas redes que são formadas de maneira intencional pelos agentes econômicos hegemônicos, com o objetivo de impor seus interesses e lógica de mercado no território e nas relações sociais e de trabalho que se desenham a partir disso. No Brasil esses grupos econômicos que representam os interesses do capital, sobretudo o agrohidronegócio canavieiro, se organizam e se articulam em rede para materializar seus interesses e ter garantia de recebimento de incentivos/benefícios vindos do Governo Estadual e Governo Federal.

Desta forma, é imperativo destacar o papel da escala como dimensão geográfica que pode nos ajudar a compreender de que forma os agentes hegemônicos e personificações do agrohidronegócio canavieiro atuam nos territórios, de acordo com os objetivos, interesses e planejamento das personificações responsáveis pela gestação do modelo pautado nas economias das *commodities*, ou seja, os alimentos e produtos primários vistos como mercadorias para serem exportados para outros países.

Estas economias compõem uma rede de agentes que agem em múltiplas escalas, inclusive a partir da organização de classe existente através de entidades patronais como a União Democrática Ruralista (UDR), União da Agroindústria Canavieira do estado de São Paulo (ÚNICA), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o próprio ministério da agricultura, que é comandado e todo aparelhado pelos representantes do latifúndio, grilagem de terras e do agrohidronegócio.

Devem ser levados em consideração também, os sempre atuantes em defesa dos interesses do patronato: sindicatos rurais patronais da Região Administrativa de Presidente Prudente, com presença da cultura da cana-de-açúcar. Destacamos como exemplo didático da ação em rede e a partir da escala, o sindicato rural patronal de Junqueirópolis-SP, que além de ser uma expressão da organização em rede das agroindústrias que empregam trabalhadores neste e nos municípios próximos, também se apresenta como um indicativo da força de organização do agrohidronegócio canavieiro que atua em múltiplas escalas, articulando em rede proprietários de agroindústrias, grileiros, grupos econômicos estrangeiros e o próprio Estado, para fazer valer no território da região.

Tendo em vista as especificidades históricas e estruturais da Região Administrativa de Presidente, que se relacionam com a luta pelo acesso à terra e à água, enfrentamentos

entre grupos que defendem através de discursos e ações, chamamos a atenção para a fragilização das instâncias sindicais e também a situação específica de contar com trabalhadores/camponeses/assentados, o que dificulta ainda mais a organização.

Essa heterogeneidade da classe trabalhadora, ou as divisões internas e a incapacidade dos sindicatos em lidar com essa problemática, fazem com que os trabalhadores em geral, fiquem expostos e desprotegidos da ofensiva do capital, que se aproveita da diferenciação interna, fragmentação e enfraquecimento das instâncias de organização, especialmente sindical, de classe do universo do Trabalho.

Soma-se à isso a dificuldade dos sindicatos em se articular em rede e planejar saltos de escalas que proporcionem diálogo e ação em múltiplas escalas na defesa dos interesses dos trabalhadores. As federações, confederações e centrais sindicais seriam uma expressão em rede e forma de atuação em diversas escalas em defesa das causas dos trabalhadores, mas estas entidades vem sendo enfraquecidas ao longo dos anos, ideologicamente atacadas pela mídia, pelos representantes do agrohidronegócio canavieiro e atacadas via criminalização das lutas e judicialização dos problemas sociais, pelos burocratas, poder judiciário e representantes do Estado; isso quando não há a cooptação clara de parte dessas entidades de organização de classe dos trabalhadores pelas próprias personificações do capital, que de maneira estratégica se apressam em tentar submeter os sindicatos à uma lógica de conciliação e aceitação da ordem vigente e das alterações em andamento no mundo do trabalho.

É a partir dessa linha de condução dos fatos e do processo social que nós apontamos para refletir os seus impactos nas condições de saúde dos trabalhadores e as redes que são criadas a partir das ações e estratégia dos agentes hegemônicos, que privilegiam a escala como escala de ação (SOUZA, 2013), para fazer valer seus interesses no território, e por meio desse raciocínio escalar conseguem dar continuidade ao processo de acumulação do capital.

As materializações da reestruturação produtiva no território, coadunadas à opção política do agrohidronegócio canavieiro por meio da intensificação da mecanização e do uso de agrotóxicos, são entendidas por nós como parte de uma opção feita pelo empresariado para aumentar os ganhos e cortar gastos, receita proposta pelo mercado para que os lucros sejam maximizados. Assim, estabeleceremos vínculos entre a saúde do trabalhador do agrohidronegócio canavieiro e o trabalho, a partir do processo saúde-doença, para situarmos a exposição aos riscos (intoxicação, contaminação ou ainda

envenenamentos) e acidentes de trabalho, já que é totalmente previsível sabendo-se que o ambiente de trabalho é por si contaminado. (THOMAZ JUNIOR, 2009; PIGNATI, 2013).

Isso nos permite dizer e afirmar com convicção que as redes de degradação do trabalho e redes de precarização projetadas no território por agentes econômicos, no caso de nosso recorte as agroindústrias canavieiras, assim como uma análise que proporcione um olhar que articule rede, território e escala; são importantes para que possamos evidenciar os pontos que se conectam no território, ou seja a concentração de acidentes de trabalho, intoxicações e principalmente afastamentos nos municípios da Região Administrativa de Presidente Prudente, que formam uma rede e que explica o adoecimento físico e mental dos trabalhadores do agrohidronegócio canavieiro.

Soma-se a isso a realidade global que surge a partir do processo de reestruturação do capital no pós anos de 1970 e 1980, como uma resposta das elites globais diante do limites que estavam colocados para a acumulação e reprodução ampliada do capital com as crises de 1970-1980 nos países centrais, e crise nos anos de 1990-2000 nos países da periferia do sistema internacional, ou seja, países inseridos de maneira periférica e com perfil de dependência tecnológica e industrial para com os países do centro, em outras palavras nos referimos à divisão internacional do trabalho (DIT), à exemplo do Brasil.

### **REDES DE DEGRADAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**

Compreender que o território e a rede devem estar em constante, permanente e indissociável articulação a partir de uma perspectiva escalar, como nos propõe Haesbaert (2002), pode contribuir de maneira decisiva para que possamos entender a relação entre os casos de adoecimentos, intoxicações, acidentes de trabalho nos 53 municípios que compõem a Região Administrativa de Presidente Prudente, com a estratégia de acumulação do agrohidronegócio canavieiro, em ambiente de reestruturação produtiva.

Também é importante deixar claro que embora façamos a opção teórica, metodológica e política de entender o território e a rede como um binômio indissociável, em constante e permanente articulação, isso não muda o fato de que cada um desses conceitos tem separadamente uma profunda discussão, carga histórica de debates e contribuições que os mais variados autores, das mais variadas escolas do pensamento

geográfico, apresentaram ao longo de um vasta e rica bibliografia. Não pretendemos aqui nos ater ao debate acerca de cada um desses conceitos, mas sim a partir da opção feita por nós, buscar o entendimento da realidade do universo do trabalho do agrohidronegócio na Região Administrativa de Presidente Prudente, com foco na questão da degradação do trabalho e precarização do trabalho, à que são submetidos milhares de trabalhadores dessa região.

Dentre os autores que tratam do território, optamos pela abordagem que caracteriza o território como “[...] resultado de uma ação construída por atores transformadores em um determinado espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.158). A ação indicada pelo autor refere-se às disputas que determinam as novas demarcações e, conseqüentemente, as transformações do território, como no caso do Pontal do Paranapanema. Muito embora haja discordâncias entre autores como Raffestin (1993) e Haesbaert (2002), acreditamos que um ponto de convergência é o que permite entender o território como resultado da ação construída por sujeitos transformadores em um determinado espaço.

Assim, ao território é atribuído uma dimensão política, de relações de poder e de conflito que se estabelecem a partir e nas relações sociais. Isso para nós é evidente quando projetamos nosso olhar para os municípios da Região Administrativa de Presidente Prudente, pois se trata de uma região historicamente marcada por conflitos e por grupos que reivindicam território por vários motivos, alguns desses grupos como os capitaneados pelo latifúndio, grileiros, grupos econômicos estrangeiros e proprietários de agroindústrias organizados em rede.

Isso apenas reforça a necessidade de reafirmar a importância do conceito de território, pois os territórios não estão acabando, muito pelo contrário; os conflitos persistem e os grupos sociais antagônicos continuam reivindicando territórios. A questão é que esses grupos “estão mergulhados em um universo de redes (e territórios), de diversas naturezas, mesmo sabendo das dificuldades em se priorizar uma única escala em suas estratégias de reivindicação” (HAESBAERT, 2002 p. 141).

Nessa linha de raciocínio, podemos dizer que as redes tem como uma de suas principais características o fato de formarem apenas linhas (fluxos) que ligam pontos (polos), jamais preenchendo o espaço em seu conjunto. Ainda nesta linha de raciocínio, podemos afirmar que as redes geográficas “são um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações” (SOUZA, 2013 p. 167 apud

CORREA, 1997). Esta rede está associada com um território, o que nos permite enfatizar a impossibilidade de separar território e rede, a não ser como instrumentos analíticos, como enfatiza Haesbaert (2002).

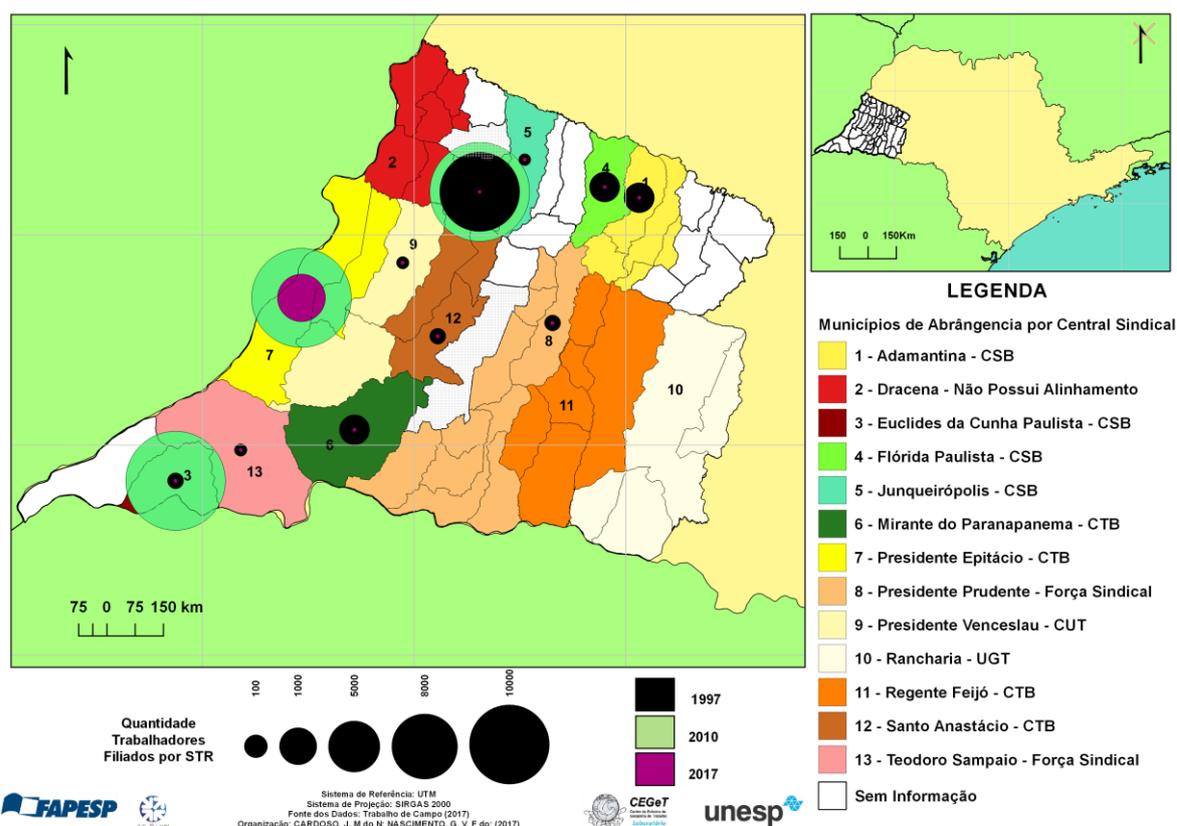
Isto significa reconhecer que a realidade concreta envolve uma permanente intersecção de redes e territórios, de redes mais extrovertidas que, através de seus fluxos, ignoram ou destroem fronteiras e territórios, e de outras que por seu caráter mais introvertido, acabam estruturando novos territórios, fortalecendo processos dentro dos limites de suas fronteiras (HAESBAERT, 2002).

Um exemplo claro dessas redes mais extrovertidas são as ações desenhadas por entidades patronais como os sindicatos rurais, a União Democrática Ruralista (UDR), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (UNICA), que além de serem expressão da organização em rede de latifundiários e agroindústrias, também utilizam desta organização em rede para atuar nas diversas escalas para fazer valer seus interesses, planejamento e garantir recebimento de recursos públicos do Estado, superando os limites dos territórios e até mesmo fronteiras nacionais, ao se articular com agentes e entidades multilaterais que atuam à nível mundo, como o Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), e Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América (USDA).

Devemos obviamente diferenciar e saber distinguir as redes que são funcionais ou instrumentais, voltadas para a eficácia do sistema econômico capitalista e aquelas mais simbólicas ou de solidariedade, voltadas para as territorialidades mais alternativas ao sistema dominante. Logicamente que nem todas as redes tem uma dimensão geográfica ou territorial nítida, mas chamamos atenção para o mapa 01 e para a tabela 01 em que esboçamos a situação dos trabalhadores frente a organização em rede do patronato do agrohídronegócio canavieiro.

O mapa 01 mostra a abrangência territorial dos sindicatos por central sindical, ao mesmo tempo que indica através de informações fornecidas pelos próprios sindicalistas, a média de redução dos trabalhadores sindicalizados, ou seja enfraquecimento das redes de solidariedade dos trabalhadores via sindicato, nas agroindústrias canavieiras localizadas na Região Administrativa de Presidente Prudente, ao longo de três datas, 1997, 2010 e 2017.

Mapa 01 – Municípios de abrangência por central sindical na Região Administrativa de Presidente Prudente



Fonte: Autores (2019).

Evidencia-se também uma divisão presente entre os sindicatos por conta de alinhamento, seja por conta de federações e confederações, seja por conta de central sindical, e esse tipo de divisão apenas aprofunda o problema da redução gradativa ao longo dos anos do número de trabalhadores sindicalizados, como podemos observar com mais detalhes na tabela 01.

Isso não significa que o problema esteja apenas na fragmentação da classe trabalhadora e falta de unidade entre os sindicatos, mas também e principalmente reside na

passagem do corte e plantio manual para o mecanizado no agrohidronegócio canavieiro que está em curso.

Postos de trabalho foram eliminados por conta da inserção de maquinários e novos arranjos produtivos e organizativos; enquanto que os sindicatos tradicionais se encontram parcialmente imobilizados pelas amarras da burocracia e limitações do sindicalismo da Era Vargas, ou seja, institucionalizados e organizados por categorias, não conseguiram na velocidade necessária dar conta de se reorganizar enquanto entidade de classe.

Tabela 1 - Número de Trabalhadores filiados aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Sindicatos dos Empregados Rurais da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente

<b>Número de trabalhadores filiados aos STRs e SER da Região Administrativa de Presidente Prudente</b>			
<b>STRs e SER</b>	<b>Ano de 1997</b>	<b>Ano de 2010</b>	<b>Ano de 2017</b>
<b>STR Presidente Prudente</b>	1000	700	400
<b>STR Mirante do Paranapanema</b>	3000	1000	400
<b>STR Santo Anastácio</b>	1000	700	400
<b>STR Dracena</b>	10000	7000	1000
<b>SER de Presidente Venceslau</b>	500	500	250
<b>STR de Adamantina</b>	3000	2000	1200
<b>SER de Teodoro Sampaio</b>	500	1000	380
<b>STR Flórida Paulista</b>	3000	1000	200
<b>STR Regente Feijó</b>	2000	3000	2000
<b>STR Presidente Epitácio</b>	5000	2500	2500
<b>STR Junqueirópolis</b>	427	483	1112
<b>STR Rancharia</b>	5000	8000	700 0
<b>STR Euclides da Cunha</b>	1000	300	100

\* Números estimados, fornecidos pelos sindicalistas.

Fonte: Pesquisa de Campo (2017). Organização: Autores (2019).

A Tabela 01 indica que há uma tendência de diminuição do número de trabalhadores filiados ao longo das três datas mencionadas. Isso é ainda mais notável no período entre 2010 e 2017. Tendo em mente que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) indica ser possível a existência de apenas um sindicato de uma mesma categoria no mesmo município, podendo se perceber com a mesma, que a crise é de representação, e esta dimensão da crise nos sindicatos tem rebatimentos diretos no orçamento dos sindicatos.

Em alguns casos indicados na tabela, evidencia-se que sindicatos como o dos empregados rurais de Venceslau, houve certa estabilização no número de trabalhadores filiados entre 1997 e 2007, porém, esta foi seguida de franca diminuição. O STR de Regente Feijó, o sindicato dos empregados rurais (SER) de Teodoro Sampaio e o STR de Rancharia conseguiram aumentar o número de trabalhadores sindicalizados entre 1997 e 2010, mas no período entre esta data e 2017 perderam uma quantidade significativa de filiados, cerca de 1000 trabalhadores a menos no STR de Rancharia e STR de Regente Feijó.

Comparemos a situação do STR de Presidente Prudente, Regente Feijó, Santo Anastácio e Junqueirópolis. Há diminuição do número de trabalhadores filiados no STR de Presidente Prudente e de Santo Anastácio, com uma redução 300 trabalhadores em cada período; no de Regente Feijó há um aumento do número de sindicalizados, mas logo é seguido por uma diminuição significativa de 1000 trabalhadores.

No entanto nota-se que o STR de Junqueirópolis, que possui base apenas no município de mesmo nome, manteve um crescimento relativo no número de trabalhadores filiados até 2017. Em entrevista com o sindicalista, o mesmo nos disse que o sindicato procurou acolher novas categorias de trabalhadores como os da moto-mecanização e isso explicaria esse crescimento contínuo de trabalhadores filiados.

Vejamos esta tendência de redução do número de trabalhadores sindicalizados, espacializada no mapa 01, que para além desta informação, permite que se possa compreender as relações de poder entre as centrais sindicais, que mesmo em meio à uma crise estrutural do sindicalismo, disputam representação, sobretudo para converter esta em força político-partidária à nível estadual e federal.

A redução do número de trabalhadores sindicalizados é entendido por nós como uma ofensiva do agrohidronegócio canavieiro para desorganizar internamente a classe trabalhadora das agroindústrias canavieiras de nossa região, enfraquecer as redes de trabalhadores estabelecidas através do sindicato, e principalmente para dar início à um novo ciclo de acumulação do capital.

Se trata de uma estratégia que no seio da reestruturação produtiva é desenhada e aplicada de cima para baixo, para enxugar custos, maximizar os lucros e dificultar a organização política dos trabalhadores em sindicatos: uma estratégia feita a partir de um processo global (a reestruturação produtiva), que se materializa no Pontal e na região com a mecanização do plantio e colheita da cana-de-açúcar, evidenciando assim as fragilidades do

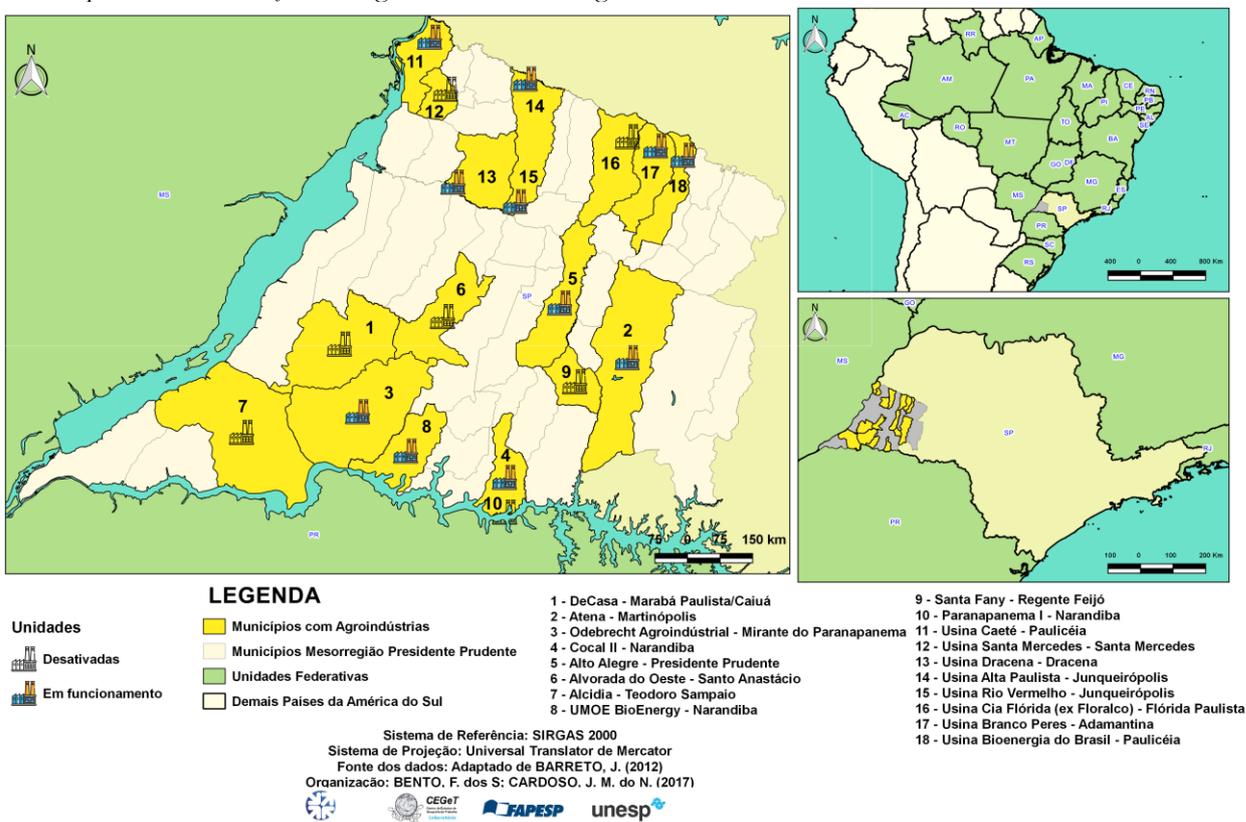
atual modelo de sindicato por categoria, assim como intensifica a debilidade e imobilismo do sindicato frente à ofensiva do capital na saúde dos trabalhadores.

Isso têm rebatimentos diretos para a saúde dos trabalhadores, pois os trabalhadores tiveram a sua rede de organização e solidariedade comprometida ou mesmo enfraquecida pelo salto de escala e estratégia do agrohidronegócio canavieiro para enfraquecer os vínculos, redes de organização política e as redes de solidariedade via sindicato.

Enquanto é enfraquecida a potencialidade emancipatória das redes de solidariedade dos trabalhadores através da representação sindical, as redes funcionais ou também chamadas de instrumentais, isto é, que possuem alinhamento com a manutenção e avanço do modelo econômico capitalista, se fortalecem sobretudo através dos desdobramentos diretos e indiretos na saúde dos trabalhadores.

Vejamos através do Mapa 02 de que maneira as agroindústrias se espacializam pela Região Administrativa de Presidente Prudente, nos permitindo analisar o nexo causal que pode ser estabelecido através do Mapa 03, mapa este que trata dos afastamentos por motivo de adoecimento no agrohidronegócio canavieiro da Região Administrativa de Presidente Prudente.

Mapa 02 – Localização das agroindústrias na Região Administrativa de Presidente Prudente



Fonte: Autores (2019).

Cabe ressaltar que escolhemos especificamente o indicativo dos afastamentos no agrohidronegócio canavieiro, pois consideramos esta questão representativa da complexidade e perversidade do descarte que ocorre em rede no território da Região Administrativa de Presidente Prudente, como temos apontado nesta reflexão, o que expressa a rede de degradação e precarização do trabalho projetadas na mesma a partir de uma lógica multiescalar das personificações do agrohidronegócio canavieiro, vinda de cima para baixo, e agravada pelo enfraquecimento das redes de solidariedade entre os trabalhadores.

Gostaríamos de destacar a importância das políticas de escala nesse processo de terra de arrasada e ofensiva contra as expressões de rede de solidariedade dos trabalhadores via sindicato e como desdobramento o agravamento das condições de trabalho, salário e saúde dos trabalhadores. As políticas de escala “são processos por meio dos quais escalas são articuladas, construídas ou mesmo (re)construídas” (SOUZA, 2013 p. 195), e se tornaram uma estratégia de articulação de escalas utilizada de maneira muito frequente pelos centro de comando e decisão do capital, em nosso caso o agrohidronegócio canavieiro, que como destacamos, está inserido no que chamamos de economias das *commodities*, ou seja amplamente sujeito às alterações e mudanças em curso no universo do trabalho via reestruturação produtiva.

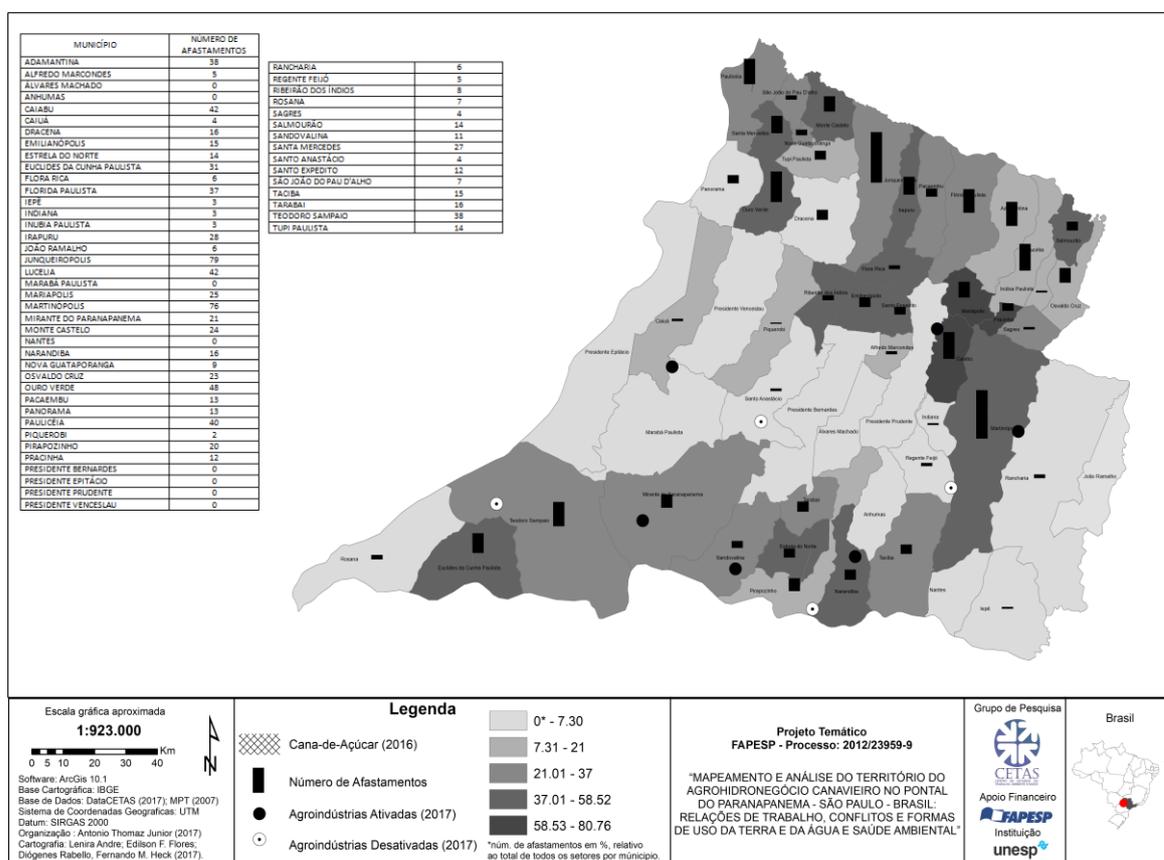
Desta forma as políticas de escala capitaneadas por agroindústrias inseridas nestas economias das *commodities*, como é o caso da Rio Vermelho, contam com redes de apoio em diversas escalas, algumas dessas redes já foram citadas ao longo de nossa discussão, como agentes que estabelecem alianças em um grande pacto entorno do modelo de desenvolvimento capitalista, neoliberal e inserido na dinâmica da manutenção da divisão internacional e territorial do trabalho que lega aos países pobres, periféricos e em desenvolvimento, a continuidade de uma situação de inserção marginalizada, submissa e subserviente aos interesses dos países ricos e supostamente desenvolvidos que estão inseridos na economia mundo.

Se trata assim, de um jogo de cartas marcadas, manutenção da ordem vigente e (re)arranjos produtivos e organizativos da parte do capital hegemônico que ao se materializar nos diversos territórios pelo mundo afora, provoca um reordenamento territorial que acarreta consequências severas para os trabalhadores, suas redes de

solidariedade e organização política, como os sindicatos, assim como e principalmente ofensiva contra saúde física e mental da classe trabalhadora do setor sucroalcooleiro.

É um ataque do agrohidronegócio canavieiro coordenado de maneira intencional e com o objetivo claro: dar continuidade à um novo ciclo de reprodução do capital e avançar sobre o mundo do trabalho, enfraquecendo as redes dos trabalhadores e articulando agentes que atuam em diversas escalas, inclusive em rede, como a UDR, a ÚNICA, a CNA, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os sindicatos rurais nos municípios.

Mapa 03 – Número de afastamento por municípios na Região Administrativa de Presidente Prudente



Fonte: Pesquisa de campo (2018). Organização: Autores (2019).

Os mapas 02 e 03, a partir de uma breve conceituação apresentada com relação ao processo saúde-doença, redes e território, nos permitem visualizar que existem redes projetadas no território pelas personificações representantes do agrohidronegócio canavieiro, que vem provocando uma série de alterações e mudanças no universo do trabalho na região, e o desdobramento mais evidente está relacionado com o aumento significativo do número de ocorrências de trabalhadores afastados de suas funções laborais por adoecimento e problemas de saúde.

Trata-se assim, de redes criadas e “lançadas” de maneira intencional a partir de decisões tomadas pelas personificações que gestam o agrohidronegócio canavieiro (com base em processos hegemônicos e globais), na Região Administrativa de Presidente Prudente, em ambiente de reestruturação produtiva, acarretando uma série de novos arranjos que impactam não apenas na organização política dos trabalhadores (os sindicatos), como na sua subjetividade e principalmente na sua saúde.

O ritmo de trabalho se intensifica, a jornada de trabalho se torna mais longa, a produtividade exigida para cada trabalhador é elevada a patamares sem precedentes e a superexploração do trabalho, historicamente utilizada pelo empresariado brasileiro como forma de maximizar os lucros, é tida como solução para dar continuidade ao processo de acumulação do capital.

Estes fatos estão relacionados com os dados cartografados no Mapa 03 que indica que um número expressivo de trabalhadores adoeceram ou desenvolveram algum problema de saúde enquanto atuavam no agrohidronegócio canavieiro na região; e dessa forma foram obrigados a se afastar para tratar de patologias físicas e psíquicas. Isso pode ou não estar diretamente associado com o trabalho nas agroindústrias canavieiras, mas no geral nos permite dizer que há um problema, ao que tudo indica estrutural, que vem adoecendo os trabalhadores ligados à essa atividade econômica.

O problema da lógica predominante no agrohidronegócio canavieiro, é o de fazer o trabalhador se adaptar ao sistema de trabalho das agroindústrias canavieiras, ao invés das agroindústrias de adaptarem as particularidades e necessidades dos trabalhadores. Isto porque, seres humanos não são máquinas e logo não devem ser tratados como tais. E este é o problema do modelo societal do capital que subjuga o trabalho às lógicas e dinâmicas estranhadas e alienadas, que como desdobramento contribuem para o surgimento de patologias, problemas mentais, distúrbios e adoecimentos físicos.

Os dois últimos mapas apresentados, 02 e 03, nos permitem dizer que além de existir um problema sério de adoecimento entre os trabalhadores que atuam nas agroindústrias da Região Administrativa de Presidente Prudente, problema este direta ou indiretamente relacionado com o trabalho destes em agroindústrias como a Rio Vermelho em Junqueirópolis; nos indicam a existência de redes firmadas por acordos entre latifundiários, grileiros e transnacionais, que ao se organizarem criaram entidades de classe como a UDR, ÚNICA, CNA e sindicatos rurais, que atuam em diversas escalas, inclusive

fora do país, para garantir o cumprimento e triunfo dos interesses das economias das *commodities*.

Em nosso recorte territorial essa dinâmica é aprofundada através da mecanização do plantio e corte da cana-de-açúcar, expressão da reestruturação produtiva, assim como na reafirmação feita pelo empresariado paulista, da opção pelo pacote de quimificação que tende a contribuir para o agravamento da questão da saúde do trabalhador na região de enfoque.

Estas redes em suas múltiplas relações com o território, indicam que se evidencia uma rede de degradação do trabalho no Pontal do Paranapanema e na Região Administrativa de Presidente Prudente que abrange toda a classe trabalhadora de nosso recorte, e que desta forma, explica a ocorrência e frequência dos afastamentos no agrohidronegócio canavieiro.

A degradação sistêmica do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2019), conceito esse associado com a ânsia do capital em avançar sobre todas as esferas da vida do trabalhador e do trabalho (interação homem e natureza), se manifesta em rede no território a partir dos desdobramentos da estratégia de mercado e ação intencional dos agentes econômicos hegemônicos, no caso as agroindústrias canavieiras.

As personificações que representam o agrohidronegócio canavieiro, cada vez mais trabalham com a noção de interação entre rede, território e escala, e fazem uso disso no momento de traçar estratégias que são aplicadas nos mais variados territórios, níveis e escalas. Queremos dizer então, que as decisões tomadas pelo comando das agroindústrias passam sempre pelo lastro da estratégia subordinada ao raciocínio escalar, inclusive com a conivência e apoio institucional do Estado, principalmente quando este flexibiliza normas e diretrizes, para que as ações e territorialização do agrohidronegócio canavieiro sejam mais efetivas, ao considerar as especificidades de cada território e população local, assim como o desenho de rede que será estabelecido.

Neste sentido, ao mesmo tempo que são formadas redes de degradação do trabalho na Região Administrativa de Presidente Prudente, que estamos entendendo enquanto desdobramento e como parte das políticas de escala (SOUZA, 2013), capitaneadas pelas personificações que representam e gestam o agrohidronegócio canavieiro, agentes e redes das economias das *commodities*, também são formadas as redes de precarização que são a dimensão mais nítida, como indica o mapa 03 (afastamentos); de processos globais que se manifestam em diversas escalas, e que também são marcadas pela precarização do trabalho.

A precarização é a dimensão mais evidente dos desdobramentos da reestruturação produtiva no universo do trabalho, e ela se manifesta nos múltiplos ataques das elites globais contra os trabalhadores do mundo inteiro seja através de novos (e precários) tipos de contrato de trabalho, flexibilização da jornada de trabalho, intensificação do ritmo do trabalho, novos arranjos produtivos e organizacionais e tentativa de cooptar a consciência dos trabalhadores.

Assim, da mesma forma que afirmamos a existência das redes de degradação do trabalho, precisamos deixar claro que essas redes também são de precarização. Não estamos entendendo como redes diferenciadas, mas sim enquanto redes que são ao mesmo tempo de degradação e de precarização do trabalho, pois manifestam os variados graus de ofensiva do agrohidronegócio canavieiro, em todos os níveis e escalas, sobre a vida dos trabalhadores e sobre o meio ambiente.

Portanto, falar de saúde e trabalho na Região Administrativa de Presidente Prudente, envolve o reconhecimento das redes de degradação do trabalho e precarização do trabalho que se manifestam no território principalmente através de seus desdobramentos mais visíveis: o adoecimento físico e mental, e o consequente afastamento de trabalhadores. Isso nos estimula a admitir que o processo saúde-doença está intimamente ligado com o trabalho, com o ambiente de trabalho e os sistemas de trabalho vigentes no arranjo produtivo e organizacional das agroindústrias canavieiras, no caso a *Gleen Cane Bioenergy* (Rio Vermelho), que atua na Região Administrativa de Presidente Prudente e que temos interesse em continuar a analisar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos a preocupação política, ideológica, metodológica e conceitual de tratar a problemática dos sindicatos e saúde dos trabalhadores na realidade existente na Região Administrativa de Presidente Prudente, no âmbito do agrohidronegócio canavieiro. Ao nosso ver, e defendemos esse posicionamento, há uma correlação direta e indireta existente entre políticas de escala realizadas pelas personificações do agrohidronegócio canavieiro, enfraquecimento dos sindicatos, precarização das condições de trabalho e adoecimento\acidentes de trabalho\intoxicação por exposição ao agrotóxico.

Uma perspectiva escalar nos permite entender ao olharmos para o agrohidronegócio canavieiro, que o mesmo está inserido nas chamadas economias das

*commodities*, e que estas economias, assim como os agentes que atuam por meio e através delas, estão presentes em diversas escalas (escalas de ação).

Queremos dizer que os agentes dessas economias das *commodities*, a partir de arranjos produtivos e organizativos determinados pela reestruturação produtiva, processo este que é global e que se apresenta como uma resposta das elites globais diante da crise estrutural do capital nos anos de 1970, e no Brasil mais fortemente após a década de 1990; se organizam em rede e fazem valer seus interesses nos territórios através das políticas de escala que estão associadas com a eficácia política das ações de grupos sociais, empresas e organizações no território nas diversas escalas.

A expressão dessas redes do patronato das agroindústrias no território são justamente entidades e organizações políticas de representação de classe como os sindicatos rurais patronais, União Democrática Ruralista (UDN), União das Agroindústrias Canavieiras do Estado de São Paulo (ÚNICA), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), bem como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que historicamente sempre foi aparelhado pelos representantes do latifúndio, grilagem de terras e grupos econômicos estrangeiros. Estas redes, podemos chama-las de funcionais, ou seja, alinhadas com o modelo de produção e sociedade hegemônicos, e dessa forma contribuem para dar continuidade à acumulação do capital e injustiças inerentes à esta dinâmica.

Tragicamente ao mesmo tempo que estas redes do patronato se apresentam como uma forma de se fazer saltos de escala, ou seja atuar em diversas escalas através da dinâmica das economias das *commodities*, também são formas de materializar no território arranjos produtivos e organizativos da reestruturação produtiva, manifesta no território da Região Administrativa de Presidente Prudente na forma da transição tecnológica e organizacional, e que tem como alguns dos seus objetivos, para além de viabilizar e dar continuidade ao processo de acumulação do capital; o enfraquecimento dos sindicatos, a citar: os sindicatos dos trabalhadores rurais (STR) e sindicatos dos empregados rurais (SER), expressão da organização em rede dos trabalhadores do agrohidronegócio canavieiro e a precarização das condições de trabalho, ritmo e salário dos trabalhadores, o que desdobra em agravos para a saúde dos mesmos.

Percebe-se que a partir dessa ofensiva intencional e planejada em uma perspectiva multiescalar, algo cada vez mais comum entre corporações e grandes empresas, com o aval dos próprios Estados Nacionais muitas vezes; o lançamento e materialização no território

de nosso recorte de redes de degradação e de precarização do trabalho que são expressão e contribuem para aprofundar a degradação sistêmica do trabalho, o que na prática enfraquece os sindicatos dos trabalhadores (redução do número de sindicalizados) e proporciona uma intensificação do número de ocorrências de afastamentos em decorrência do adoecimento relacionado às condições de trabalho e ambiente de trabalho.

Desta forma, destacamos a importância de se compreender o processo saúde-doença de maneira articulada com os arranjos produtivos e organizativos do universo do trabalho, ou seja, o trabalho estranhado e alienado como instrumento de (des)realização e adoecimento dos trabalhadores.

Salientamos por fim, que a perspectiva escalar e as redes nos ajudam a trazer à tona, denunciar e cobrar no debate público os responsáveis por viabilizar nos municípios de nossa região uma realidade de adoecimento físico e mental no âmbito do universo do trabalho do agrohidronegócio canavieiro. Isso não é normal. Não é aceitável. Estamos falando de vidas e famílias de trabalhadores que estão sendo “moídos” pela lógica de produção e organização das agroindústrias canavieiras, além de terem suas redes de solidariedade e organização, como por exemplo os sindicatos, enfraquecidas.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **O Novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, F. J.; NOVAES, J.R. (Orgs.). **Migrantes – Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCar, 2007.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018, 328p.
- BENTO, F.S. **Migração de trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI**. 2015. 248f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- \_\_\_\_\_. **Geografia, migrações e trabalho: Migrações do trabalho para o agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) no início do século XXI**. 1.ed. Düsseldorf: Novas Edições Acadêmicas, 2017, 288p. ISBN: 978-6202406192.
- BENTO, F.S.; THOMAZ JUNIOR, A. A dinâmica geográfica do trabalho encimada nas migrações sazonais para os canais do Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI. **Revista Pegada** – vol. 16, n.1. 2015.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HESPANHOL, I. Um novo paradigma para a gestão de recursos hídricos. São Paulo, **Estudos Avançados**, n.63, vol.22, p.131-158,2008.

LOURENÇO, E. Â. de S. **Alienação e Agravos à saúde dos Trabalhadores no Setor Sucoenergético**. In: LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, V. L. (Orgs.). **O Averso do Trabalho III: Saúde do Trabalhador e Questões Contemporâneas**. Outras Expressões- SP, 2013.

MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re) sistências. II ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DE BARRAGENS, Salvador, 2007. **Anais...**, Salvador, 2007.

NOVAES, J. R. **Impressões: Uma reflexão sobre o trabalho no agronegócio da cana**. Uma síntese do Encontro “Trabalhadores Canavieiros: Saúde, Direito, Trabalho”. São Carlos, 2007.

PIGNATI, W. **O processo Saúde-Trabalho-Doença, os Sindicatos e os Desafios Para Vigilância em Saúde do Trabalhador**. In: LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, V. L. (Orgs.). **O Averso do Trabalho III: Saúde do Trabalhador e Questões Contemporâneas**. Outras Expressões- SP, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Ática: São Paulo, 1993.

SOUZA, M. L. Redes. In SOUZA, M.L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013.

TORRES, A.T.G. **A luta de classes pela água**.2007.179f.Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Limites explicativos, autocrítica e Desafios Teóricos)**. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009, volumes 1 e 2. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/inciar.html>>.

\_\_\_\_\_. O Agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI. **Campo Território**, V. 5, N° 10, Uberlândia, 2010.

\_\_\_\_\_. Degradação e Centralidade do Trabalho (As Contradições da Relação Capital x Trabalho e o Movimento Territorial de Classe). **Pegada**, Presidente Prudente, 2012, V.13, N°2, p. 4-19.

\_\_\_\_\_. Degradação Sistêmica do Trabalho no Agrohidronegócio. **Mercator**, Fortaleza, v.16, 2017, p.1-20. Disponível:  
<<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/2082>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Geografia do Trabalho por Inteiro. **Pegada**, Presidente Prudente, V.19, N. 2, 2018a, p.6-56.

\_\_\_\_\_. Movimento Territorial do Trabalho e Desterreação do Sujeito/Classe. In: **Geografia e Trabalho no século XXI**. N.9. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2018b. p.32-74.

THOMAZ JUNIOR, A.; LEAL, A. C.; GUIMARÃES, R. B.; Luchiani, A. Conflitos Territoriais, Relações de Trabalho e Saúde Ambiental no Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). **Scripta Nova** - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales - Vol. XVI, núm. 418 (30), noviembre de 2012. Universidad de Barcelona. Disponível: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418.htm>>.

VASAPOLLO, Luciano. **O Trabalho Atípico e a Precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Submetido em janeiro de 2021  
Aceito em fevereiro de 2021